
First, M.; Pincus, H.; Levine, J.; Williams, J.; Ustun, B. & Peele, R.
“Clinical utility as a criterion for revising psychiatry diagnoses”,
American Journal of Psychiatry, June 2004, 161 (6), p. 946-54
Resenhado por: Mário Eduardo Costa Pereira

O primeiro autor do artigo aqui resenhado é Michael First, psiquiatra pesquisador do *New York State Psychiatric Institute*, de Nova York, e *chair* do comitê responsável pela revisão do DSM-IV da *American Psychiatry Association* (APA), sendo uma das personalidades mais influentes na organização da próxima edição desse Manual. Todos os demais co-autores são também figuras proeminentes da APA, desempenhando papéis destacados na elaboração e revisões do DSM. Este grupo de importantes pesquisadores, diretamente responsáveis pelos destinos da classificação psiquiátrica nos Estados Unidos, publicou no *American Journal of Psychiatry*, de junho de 2004, esse trabalho que focaliza a dimensão de “utilidade clínica” como critério para a revisão dos futuros sistemas de diagnósticos psiquiátricos.

Os autores iniciam enfatizando a crescente necessidade contemporânea de se estabelecer, para além da confiabilidade dos diagnósticos psiquiátricos atuais, a validade dessas categorias. Essa validade, segundo a proposta de autores como Robins e Guze, deve ser construída sobre bases empíricas a partir de uma descrição clínica precisa, com melhor delimitação das síndromes e transtornos, estudos laboratoriais, estudos de acompanhamento e de evolução e estudos familiares. Contudo, deve-se constatar que até agora não foi possível estabelecer uma nosologia psiquiátrica baseada exclusivamente em entidades mórbidas válidas do ponto de vista das exigências acima expostas.

Diante desse impasse, os autores propõem que, ao lado dos esforços para o estabelecimento das bases empíricas de validação nosológica de uma determinada categoria diagnóstica, deve-se tentar

estabelecer sua validade do ponto de vista clínico. Para tanto, sugerem que as categorias diagnósticas criadas devam ser continuamente avaliadas do ponto de vista do uso que delas é feito pelos clínicos. Além disso, elas devem demonstrar um poder de impacto sobre a tomada de decisões por parte do profissional que delas se serve. Finalmente, os sistemas diagnósticos devem ser avaliados em função do grau de melhora clínica, a longo prazo, propiciado pelo seu emprego.

Ou seja, o artigo propõe um descentramento da preocupação com a validação exclusivamente empírico-experimental das categorias diagnósticas criadas em favor de uma visão mais prática e clínica de seu uso. Como tal perspectiva envolve de *per si* o emprego de critérios nitidamente valorativos, tais como os de “melhora clínica”, “boa evolução” e mesmo de “utilidade prática”, coloca-se ao mesmo tempo a necessidade da deciptação dos valores embutidos nos recortes nosológicos escolhidos, na visão de homem e de psicopatologia que privilegiam e, mais profundamente, as relações entre linguagem e experiência humana, tal como os esforços pelo diagnóstico preciso tentam fixar.

Banzato, C. “Classification in psychiatry: the move towards ICD-11 and DSM-V”
Current opinion in psychiatry, 2004, 17, p. 497-501
Resenhado por: Mário Eduardo Costa Pereira

A convite do conselho editorial da revista *Current opinion in psychiatry*, Cláudio Eduardo M. Banzato – professor do Departamento de Psicologia Médica e Psiquiatria da Unicamp e secretário da Seção de Classificação e Diagnóstico da *World Psychiatry Association* – elaborou um trabalho de revisão crítica dos principais artigos publicados no último ano a respeito das questões conceituais fundamentais envolvidas na atual elaboração da CID-11 e do DSM-V.

Seu comentário parte da indicação de que “as limitações intrínsecas às principais classificações atuais têm se tornado cada vez mais aparentes”, o que impõe à psiquiatria a tarefa de avançar “além do modelo nosológico incorporado em tais classificações”. O autor renova a advertência de não se confundir um sistema diagnóstico com uma proposta de nosologia, ao preço de se perder a pertinência de um e de outro.

Um outro desafio maior correlativo a essa questão diz respeito às relações entre as classificações diagnósticas e a busca de sua validação nosológica sobre as bases da pesquisa empírica. Ocorre aí um curto-circuito cujo âmbito de decisão transcende o campo meramente experimental, uma vez que as pesquisas empíricas solicitam das classificações a delimitação precisa dos objetos a serem investigados, ao passo que os sistemas diagnósticos pretendem que a validade nosológica de suas categorias seja empiricamente determinada pelo campo científico.

O autor localiza quatro principais áreas problemáticas ligadas ao futuro das novas classificações psiquiátricas, segundo as tendências observadas na revisão:

- 1) a questão da validade-utilidade: tal como acima exposto, constata-se que “é teoricamente possível se melhorar a validade diagnóstica sem que isso corresponda necessariamente a uma melhora da utilidade clínica”. Coloca-se, assim, o desafio de distinguir claramente os propósitos clínicos dos propósitos científico-conceituais dos sistemas classificatórios. Tal como indicado na resenha do artigo precedente, trata-se de acompanhar o uso clínico concreto feito pelos psiquiatras das classificações disponíveis e de investigar o impacto dessas no processo de tomada de decisões e na evolução clínica concreta dos casos por elas delimitados.
- 2) a aposta na patofisiologia e o risco do reducionismo: diante do caráter subjetivo, inespecífico e profundamente variável no tempo dos sintomas mentais e dos quadros clínicos organizados a partir deles, a psiquiatria, enquanto especialidade médica, resente-se da falta de critérios objetivos e independentes sobre os quais estabelecer sua nosologia e suas classificações. Dessa forma, depositam-se grandes esperanças na descoberta de “invariantes biológicas” capazes de fornecer o “núcleo” de cada transtorno. Contudo, tais “evidências” materiais definitivas continuam no campo da promessa e é altamente improvável que venham a poder, por elas próprias, “contar toda a história dos transtornos mentais”. Mesmo os grandes progressos realizados pela pesquisa em genética psiquiátrica deixam ainda em aberto o desafio maior do estabelecimento das bases da interação entre genes e ambiente. Nesse panorama, permanece a questão de se demonstrar que as questões neurobiológicas constituam “o nível fundamental no qual um transtorno deva ser definido”.
- 3) o pluralismo metodológico e a busca de uma fundamentação conceitual unificada: as relações entre os achados neurobiológicos e a experiência concreta permanecem pouco compreendidas e a resposta a tal questão não poderá advir por meros acréscimos de conhecimento factual. Como lembrado no editorial desse número de *Current opinion in psychiatry*, Nancy Andersen, editora do *American Journal of Psychiatry*, sustenta que longe de tornarem

obsoleta a filosofia, os avanços das neurociências obrigam a psiquiatria a uma reflexão filosófica e epistemológica cada vez mais sofisticada. Dessa forma, dada a complexidade dos fenômenos de que trata a psiquiatria e dada a multiplicidade de aportes possíveis às organizações biológicas e culturais dos seres humanos, é necessário evitar o risco de uma “objective blindness”, no sentido de uma cegueira propiciada pelo esforço pela objetividade, buscando uma abertura conceitual e beneficiando-se de um pluralismo metodológico.

- 4) O processo de revisão e o papel dos interessados: levando-se em conta que “boa ciência e boa democracia” tendem à convergência, o estabelecimento de novas revisões das classificações psiquiátricas deve dar amplo espaço não apenas ao ponto de vista dos profissionais de saúde mental, mas igualmente à sociedade e àqueles “aos quais tal terminologia deve ser aplicada”. O caráter convencional e não ontológico de tais sistemas diagnósticos solicitaria, assim, quase como decorrência natural, a explicitação dos critérios valorativos sobre os quais diferentes etiquetas diagnósticas são aplicadas a diferentes recortes da experiência humana.

A conclusão apresentada é a de que: “no presente estado de coisas, o fechamento conceitual e o reducionismo são possivelmente as maiores ameaças contra as quais se deve incessantemente lutar”. Dessa forma, “a construção de uma nosologia psiquiátrica mais útil e de maior validade depende provavelmente da combinação de uma base conceitual sofisticada, pluralismo metodológico e contundente evidência empírica científica”.

Esse importante artigo permite uma apreciação de conjunto do estado atual dos debates conceituais no campo das classificações de transtornos psiquiátricos, e termina propondo uma preciosa lista de referências e leituras recomendadas para uma visão mais aprofundada das discussões.

Roudinesco, E. “Le Club de l’Horloge et la psychanalyse: chronique d’un antisémitisme masqué”

Les temps modernes, avri-mai-juin 2005, n. 627, p. 242-54

Resenhado por: Mário Eduardo Costa Pereira

Nesse artigo, a psicanalista e historiadora da psicanálise Elisabeth Roudinesco faz uma contundente denúncia de um ato de “anti-semitismo mascarado” dirigido

a Freud e sua obra em um episódio envolvendo a *Société Française d'Histoire de la Médecine* (SFHM). Em maio de 2003, essa sociedade conferiu – por unanimidade – seu prêmio científico a um livro intitulado *Mensonges freudiennes. Histoire d'une désinformation séculaire* (*Mentiras freudianas. História de uma desinformação secular*), de autoria de Jacques Bénesteau, que é psicólogo clínico em um serviço de neuropediatria em Toulouse, e que exerce atividades docentes junto ao Instituto de formação em psicomotricidade na Universidade de Toulouse-Rangueil. Roudinesco lembra que ela própria é membro daquela sociedade, tendo recebido o mesmo prêmio há dez anos por seu livro *Généalogies*. Assim sendo, tomou a iniciativa de escrever ao presidente da referida sociedade para expressar seu embaraço diante da escolha justamente daquela obra.

Para explicitar os motivos de seu descontentamento, Roudinesco inicia por situar o contexto intelectual em que se insere o trabalho homenageado: “Em aparência, esse livro reivindica uma tradição historiográfica norte-americana dita ‘revisionista’ [“este termo – explica Roudinesco, em nota de rodapé – foi adotado nos Estados Unidos por pesquisadores que propunham no início uma simples ‘revisão’ dos conceitos da teoria freudiana e que questionavam a historiografia freudiana ‘oficial’ e excessivamente hagiográfica”], inaugurada em torno de 1970 por excelentes autores, preocupados em se distanciar da hagiografia freudiana – como Henri Ellenberger, por exemplo –, mas pervertida em seguida por anti-freudianos fanáticos que não pararam, a partir dos anos 1980, de demonstrar, ‘apoiados em provas’, que Freud era um temível impostor”.

Além de todas as críticas que se possa fazer de uma abordagem tão simplista da história do freudismo, Elisabeth Roudinesco assinala que o autor constrói uma teoria segundo a qual a psicanálise somente conseguiu sobreviver graças à “dissimulação da verdade histórica” e pela criação de “redes de autoproteção”. Nesse sentido, a França teria sido particularmente conivente com tal postura, uma vez que críticas importantes à teoria freudiana, como as de Sulloway, Mahony, Grünbaum e Gellner, teriam sido ocultadas naquele país. Nesse processo, as histórias mais “canônicas” do movimento psicanalítico teriam sido redigidas pelos “cães de guarda” da obra freudiana, como Jones e Eissler, e que o próprio Ellenberger teria ficado submetido ao “embargo” das fontes historiográficas internas à psicanálise, exercido por Jones, em favor de uma suposta versão oficial.

Passando ao largo do fato de que todos os autores citados já foram traduzidos há muito tempo para o francês e que em particular os dois últimos foram objeto de comentários explícitos da própria Elisabeth Roudinesco em seu livro *Pourquoi la psychanalyse?*, Bénesteau aventura-se por terreno ainda mais temerário ao fazer de Freud um impostor que teria usado de sua condição de judeu para explicar a antipatia generalizada despertada pela psicanálise nos primeiros tempos de sua criação. Segundo seu ponto de vista, Freud teria sido o

inventor de uma perseguição anti-semita da qual ele teria sido vítima quando, na verdade, não teria existido nenhum anti-semitismo em Viena “entre o fim do século XIX e a Anschluss” e traz, a título de demonstração dessa hipótese, a afirmação de que “mais da metade dos médicos e advogados eram judeus e que maior parte dos bancos e quase toda imprensa eram controlados por judeus”.

Roudinesco busca mostrar o caráter racista e de extrema-direita de inúmeros argumentos expostos no livro. Ela relata, então, um outro episódio paralelo, com o objetivo de tornar mais clara a extensão do que estava em jogo nas propostas de Bénesteau. A cada ano, o Club de l’Horloge (Clube do Relógio), órgão intelectual da extrema-direita francesa, atribui, a título de ironia pública, o prêmio Lyssenko [nome de um geneticista soviético, fortemente adepto do stalinismo, esforçou-se por refutar as teses mendelianas sobre a hereditariedade para demonstrar que a natureza era maleável e que, uma vez implantado o socialismo, a própria herança genética poderia ser modificada para a plena realização desse projeto] para um pensador que tivesse se destacado na sustentação de pontos de vista considerados esdrúxulos e de caráter *gauchista*. Ocorre que, em 2004, o Club de l’Horloge atribuiu esse prêmio a Elisabeth Roudinesco, enquanto “discípula de Freud e de Lacan”. A “laureada” conta que recebeu o comunicado oficial dessa nomeação por carta do presidente daquela associação, o visconde Henry de Lesquen du Plessis Casso.

No dia da entrega do prêmio, ao qual naturalmente não compareceu, mas do qual obteve o testemunho de alguns presentes, entre ataques a Freud, a seus discípulos e à psicanálise, Lesquen passa a elogiar o livro de Jacques Bénesteau, o qual fora recomendado pelo Club de l’Horloge “e inscrito em uma ‘lista’ ao lado de obras como *Rétablir la sécurité*, *L’Occident sans complexe* ou *L’identité de la France*.”

Roudinesco manifesta, assim, sem desconhecer a necessidade da crítica sistemática a qualquer perspectiva idealizadora de Freud e de sua obra, seu repúdio ao fato de uma sociedade científica respeitável dar seu aval a uma obra questionável do ponto de vista ideológico e que, segundo sua leitura, expressa um “anti-semitismo mascarado”, mas claramente audível àqueles que estão próximos desse ideário. O artigo traça, a partir dos fatos comentados, um interessante panorama do contexto atual das questões ideológicas e de preconceito embutidas nos debates teóricos do freudismo, o que constitui uma fonte suplementar de interesse para sua leitura.